

Estado da publicação: Não informado pelo autor submissor

MODOS DE SER E VIVER A CONDIÇÃO JUVENIL ENTRE ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO NO CAMPO

Edna Moreira, Geraldo Leão

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.6061>

Submetido em: 2023-05-09

Postado em: 2023-05-19 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

ARTIGO

MODOS DE SER E VIVER A CONDIÇÃO JUVENIL ENTRE ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO NO CAMPO

EDNA MOREIRA¹

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1559-0392>
<esmoreira@uneb.br>

GERALDO LEÃO²

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9894-5488>
<gleo2001@gmail.com>

¹ Universidade do Estado da Bahia, Guanambi, Bahia (BA), Brasil.

² Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais (MG), Brasil.

RESUMO: Este artigo discute a condição juvenil entre estudantes do ensino médio de uma comunidade rural. Analisa alguns resultados de uma pesquisa realizada entre 2017 e 2019 em um projeto de irrigação na Região Nordeste do Brasil. Os dados foram coletados por meio de questionários, análise documental, observação de campo e entrevistas narrativas com treze alunos de 14 a 24 anos. Os dados quantitativos foram utilizados para construir o perfil geral dos alunos. As entrevistas foram analisadas com base na Análise de Conteúdo e na Análise do Discurso. Apesar de compartilharem experiências comuns, principalmente em relação à escola e ao trabalho, os resultados indicam uma diversidade de trajetórias e projetos entre os alunos. As representações sobre as experiências de ser jovem camponês/a, a identificação com o território e o lugar da escolarização em seus projetos de futuro variaram conforme a origem social, as trajetórias individuais e familiares e o pertencimento racial e de gênero.

Palavras-chave: Juventude rural, ensino médio, educação no campo.

WAYS OF BEING AND EXPERIENCING YOUTH AMONG HIGH SCHOOLERS IN THE COUNTRYSIDE

ABSTRACT: The article discusses the youth condition among high schoolers in a rural Community. It analyzes some results of a survey carried out between 2017 and 2019 in an irrigation project in the Brazilian Northeast region. We collected data through questionnaires, document analysis, field observation, and narrative interviews with thirteen students aged between 14 and 24. We used the quantitative data to build the students' general profiles. The interviews were analyzed based on Content Analysis and Discourse Analysis. Despite sharing common experiences, especially concerning school and work, the results indicate a diversity of trajectories and projects among students. The representations about the experiences of being a young peasant, the identification with the territory, and the schooling place in their future projects varied depending on the social origin, the individual and family trajectories, and racial and gender belonging.

Keywords: Rural Youth, high school, education in the countryside.

FORMAS DE SER Y VIVIR LA CONDICIÓN JUVENIL ENTRE ESTUDIANTES DE SECUNDARIA EN EL CAMPO

RESUMEN: El artículo discute la condición juvenil de los estudiantes de secundaria de una comunidad rural. Analiza algunos resultados de una encuesta que se realizó entre 2017 y 2019 en un proyecto de riego en la Región Nordeste de Brasil. Los datos fueron recolectados a través de cuestionarios, análisis de documentos, observación de campo y entrevistas narrativas con trece estudiantes de 14 a 24 años. Se utilizaron datos cuantitativos para construir el perfil general de los estudiantes. Las entrevistas fueron analizadas con base en el Análisis de Contenido y el Análisis del Discurso. A pesar de compartir experiencias comunes, principalmente en relación a la escuela y el trabajo, los resultados indican una diversidad de trayectorias y proyectos entre los estudiantes. Las representaciones sobre las experiencias de ser joven campesino, la identificación con el territorio y el lugar de la escolarización en sus proyectos de futuro variaron según el origen social, las trayectorias individuales y familiares y la pertenencia racial y de género.

Palabras clave: Juventud rural, escuela secundaria, educación en el campo.

INTRODUÇÃO

Este artigo resulta de uma pesquisa sobre a experiência escolar e os projetos de futuro de jovens estudantes camponeses/as do ensino médio de um município rural da Região Nordeste do Brasil, no Estado da Bahia.¹ Eles viviam com suas famílias em uma comunidade formada a partir de um projeto de irrigação, onde também estava situado o colégio. A questão central que orientou a investigação foi o lugar da escola nos projetos de vida dos/as jovens em um contexto de modernização agrícola.

O artigo analisa a condição juvenil entre os/as participantes da pesquisa, a partir de alguns elementos centrais como a escola e o trabalho e de aspectos emergentes em seus depoimentos acerca de seus pertencimentos sociais e identitários. Como esses/as jovens se viam? Como se identificavam sendo moradores/as do campo?

Parte-se da ideia da condição juvenil como uma categoria de análise que permite compreender a juventude a partir de sua situação social – acesso aos bens materiais e culturais produzidos pela sociedade – como também sua experiência geracional – valores, representações, práticas culturais e estilos de vida. (DAYRELL, 2007). Considera-se também “o espaço como definidor” dessa condição juvenil. (CASSAB, 2018).

Esse coletivo apresenta modos próprios de ser e de atuar na sociedade, como também vivenciam os impactos da distribuição desigual de recursos econômicos e socioculturais. (WEISHEIMER, 2019). Para além de uma abordagem restrita à dimensão simbólica ou socioeconômica, a noção de condição juvenil pretende captar os jovens concretos, que articulam em suas vivências

¹ MOREIRA, Edna Souza. “Entre querer e poder”: o lugar da escola nos projetos de vida de jovens do ensino médio em um contexto de modernização agrícola. (2021). Tese de Doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil. Disponível em <<http://hdl.handle.net/1843/38151>>.

cotidianas essas dimensões. (SPOSITO, 2009; ABRAMO e BRANCO, 2011; SPOSITO e TARÁBOLA, 2017).

Nessa perspectiva, um aspecto é central para o enfoque desse artigo. Essa fase da vida é concebida a partir da especificidade de cada contexto, o que nos conduz para a compreensão da juventude como uma construção social e, como lembra Bourdieu (1983), um conceito manipulável, dotado de vários sentidos dependendo das relações de poder em uma determinada sociedade. Assim, a categoria juventude compreende também representações sociais, imaginários e discursos sobre o que é/deve ser jovem em uma sociedade específica, que condicionam autoimagens sobre “o que quero”, “o que posso” e “o devo ser como jovem”. Ou seja, é fundamental compreender como esses atores – no caso os jovens desta pesquisa – identificavam -se nessa fase da vida a partir das experiências e condições em que viviam.

A juventude rural esteve durante muito tempo ausente nos estudos acadêmicos. Além de poucas pesquisas sobre o tema, quando ela se fazia presente as abordagens tendiam a ressaltar os aspectos negativos, em especial a saída do campo para a cidade e os seus impactos para as condições de vida deles/as. Esse olhar para os jovens do campo da perspectiva de um “problema social”, começa a sofrer alguma inflexão a partir dos anos 1990, com maior adensamento dos estudos sobre a condição juvenil brasileira em geral que passaram a entender os jovens na sua diversidade como atores sociais e sujeitos de direitos, deixando de vê-los apenas sob a ótica dos problemas especificamente juvenis. (SPOSITO, 2009). Uma tematização mais ampliada dos jovens por pesquisadores brasileiros, especialmente a partir da virada do milênio, trazendo novas questões e categorias de análise, permitiram uma aproximação mais rica com o universo das experiências juvenis no campo.

Também no âmbito das políticas públicas, durante muito tempo perdurou um silêncio em relação aos/às jovens camponeses/as brasileiros/as, embora entre os anos de 2005 a 2015 tenhamos vivenciado no Brasil um período de ampliação das ações voltadas aos jovens em geral. Tais políticas foram resultados da pressão vinda de coletivos juvenis e pesquisadores no sentido de que se passasse a considerá-los como sujeitos de direitos, movimento que também se verificou no caso dos/as jovens do campo. (CASTRO, 2009 e 2016). No entanto, elas tiveram um alcance limitado para essa parcela da juventude brasileira, como se pode constatar em alguns dados reunidos nessa pesquisa. As iniciativas com foco nos jovens do campo permaneceram residuais, circunscritas a algumas pastas do executivo federal, com programas de baixo alcance, que não dialogam com a realidade camponesa, o que revela uma dificuldade para que efetivamente suas demandas entrem na agenda pública. (CASTRO, 2016).

Nessa perspectiva, perguntou-se pelos modos de ser jovem dos estudantes do colégio investigado, buscando compreender como viviam sua condição juvenil em um contexto atravessado pela intervenção direta do Estado por meio de um projeto intensivo de desenvolvimento agrícola e no contexto de carência de políticas públicas voltadas para esse público.

Como abordado anteriormente, os modos de ser jovem estão condicionados pelo contexto social e histórico em que se vive essa fase da vida. Na contemporaneidade, a vida no campo tem sido impactada por diversas transformações econômicas e sociais e pelos desenvolvimentos tecnológicos que provocam significativas mudanças no seu cotidiano e no mundo do trabalho em particular, reduzindo postos em alguns setores, criando novas ocupações e demandas específicas por alguns serviços. Essas mudanças, submetidas à lógica da globalização neoliberal, têm gerado sentimentos de incertezas e a busca por garantias em relação ao futuro. No caso da vida no campo, essas dinâmicas levam a um acentuado deslocamento das pessoas para além de sua região de origem, muitas vezes de forma fluida, em um

movimento de idas e vindas (CASTRO, 2013) ou mesmo de migração e abandono das atividades agrícolas (WEISHEIMER, 2019).

Em alguns casos, a pesquisa verificou que havia deslocamentos contínuos nas trajetórias familiares que se caracterizavam, muitas vezes, como uma experiência compartilhada. No caso das crianças e jovens do campo, saídas e retornos em função dos estudos, do trabalho ou das mudanças de moradia dos pais eram comuns na região.

Esse contexto traz impactos para as trajetórias individuais e dos grupos sociais, produzindo um sentimento de insegurança e de abandono. Não podendo contar com uma ampla rede de proteção social garantida pelas políticas públicas e sociais, o sucesso profissional e escolar passa a ser uma questão de mérito, com os indivíduos assumindo para si a responsabilidade por suas existências, o que Araújo e Martuccelli (2019) nomearam de “hiperatores”. Para esses autores, dada a precariedade das instituições em constituírem-se como suportes para ajudá-los a enfrentar os desafios estruturais, as pessoas são premidas a sustentarem-se sozinhas na sua individualidade. Elas são obrigadas a “forjar-se” diante das incertezas, ambivalências e múltiplos desafios da vida social. Em outras palavras, o termo refere-se ao indivíduo “que tem que resolver por ele mesmo, por intermédio de suportes que ele mesmo constrói, como um conjunto de proteções indispensáveis para poder existir em sociedade” (MARTUCCELLI, 2016: p. 61).

A dificuldade para ter acesso a terra, a bons trabalhos ou a alguma fonte de renda que permita investir em sua autonomia como camponês, sem contar com o suporte de políticas e de uma rede de equipamentos públicos que lhe deem amparo, os/as jovens do campo acabam largados à própria sorte em relação às suas trajetórias e expectativas futuras. Essa situação, acompanhada pela alta concentração fundiária e expansão do agronegócio, provoca alterações profundas no modo de viver no campo em um cenário de aumento das desigualdades sociais, especialmente reduzindo oportunidades de trabalho e renda. (CASTRO, 2017 e 2016).

O artigo pretende abordar alguns dados que contribuam para compreender a experiência desses/as jovens, trazendo aqui um recorte do olhar sobre as suas autoimagens como camponeses. Na primeira parte apresenta a abordagem e os procedimentos metodológicos utilizados durante a pesquisa. Em seguida aborda o contexto e o colégio, destacando aspectos que permitam compreender o cenário a partir do qual se inserem as suas falas. No terceiro momento, o artigo analisa alguns dados sobre os/as jovens e suas experiências e demandas.

OS CAMINHOS DA PESQUISA

A investigação buscou compreender que lugar a escola ocupava na experiência juvenil e nos projetos de vida de jovens estudantes do Ensino Médio em uma pequena comunidade rural brasileira. Optou-se por uma abordagem qualitativa com o objetivo de captar os processos envolvidos, o que exige imersão no campo e contato direto com os/as participantes. (FLICK, 2009; MINAYO, 2021). De acordo com Esteban (2010, p. 129), “uma característica fundamental dos estudos qualitativos é sua atenção ao contexto”, uma vez que não é possível compreender os fenômenos sociais separando-os do contexto em que ocorrem.

Buscando construir uma relação de maior proximidade com o campo, o primeiro passo da pesquisa exigiu uma inserção duradoura no colégio durante o período de agosto de 2017 a dezembro de 2018. Nesse período, foi possível conhecer melhor o lugar onde os/as jovens moravam, trabalhavam e

estudavam, bem como conhecer as famílias e suas rotinas por meio de repetidas visitas. Essa imersão foi crucial para compreender alguns aspectos centrais da vida deles/as, a sua diversidade sociocultural e os múltiplos “modos de ser” jovem camponês/a.

Numa perspectiva multimetodológica quanto aos instrumentos e procedimentos de coleta de dados (ALVES-MAZZOTTI e GEWANDSZNAJDER, 2002), a pesquisa utilizou a observação participante, além de questionário estruturado, entrevistas narrativas e análise documental. Durante o ano de 2018, os/as jovens foram acompanhados/as na escola e em sala de aula, além de visitas a famílias e aos locais de trabalho de alguns/mas deles/as. Nesse momento, o intuito principal foi reunir dados para compreender a relação deles/as com a escola, bem como conhecer o cotidiano e as condições em que viviam. No início do trabalho de campo, foram realizadas duas rodas de conversa com os/as estudantes, cujo tema girou em torno de como se percebiam como jovens camponeses/as e o que pensavam sobre o contexto em que viviam. Esses momentos foram importantes para compor um quadro sobre os diferentes perfis dos jovens e identificar potenciais entrevistados/as.²

Em julho de 2018, aplicou-se um questionário a 117 estudantes com questões sobre aspectos socioeconômicos e culturais dos jovens e suas famílias e as condições de frequência à escola, além das motivações e desafios para a sua escolarização. As respostas foram organizadas e cruzadas constituindo um banco de dados que permitiu traçar o perfil dos/as estudantes e reunir informações que foram exploradas nas etapas posteriores da pesquisa de campo.

Após essa etapa, foram selecionados 13 jovens para a realização das entrevistas narrativas, buscando incluir pessoas com diferentes perfis em termos de idade, gênero, pertencimento racial, estado civil, trabalho e relação com o campo. Além disso, procurou-se considerar a condição de estudantes filhos/as de famílias que viviam apenas da produção no próprio lote e aqueles que trabalhavam em lotes empresariais, uma vez que isso parecia ser uma diferenciação social importante naquele contexto. Os depoimentos foram analisados a partir de alguns pressupostos da Análise de Conteúdo e da Análise do Discurso. (CHIZZOTTI, 1998; FRANCO, 2008; BARDIN, 1977; SAMPAIO e LYCARIÃO, 2021).

Para complementar as informações e permitir uma análise mais ampla do contexto estudado foi realizada uma análise documental sobre o Projeto de Irrigação e o Projeto Político Pedagógico do colégio.

O CONTEXTO

A pesquisa foi realizada em uma escola estadual de ensino médio localizada na comunidade sede do Projeto, em uma área rural localizada a 800 quilômetros da capital do Estado. Habitada originalmente por povos originários, a região onde se desenvolveu a pesquisa foi ocupada durante o século XVII por pecuaristas e africanos deslocados para o Brasil na condição de mão de obra escrava. (ANDRADE, 1961). Nesse processo histórico, repetiu-se um dos traços na propriedade de terras no Brasil: a concentração fundiária e os conflitos agrários que dela se originam. (ESTRELA, 2009). Tensões decorrentes da expropriação do campesinato se intensificaram durante anos na região, culminando em emigrações em massa e na produção de um acentuado grau de desigualdade social.

² Depois de devidamente esclarecidos/as sobre a pesquisa, todos/as as participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (maiores de idade e responsáveis por menores) e o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) (menores de idade). A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética da UFMG sob o número CAAE 88962018.7.0000.5149.

Pelas características geográficas da região e as prioridades do desenvolvimento socioeconômico brasileiro, a região permaneceu durante muito tempo isolada, vindo somente a receber a atenção do governo federal a partir de 1970, quando emergiram programas para exploração econômica do cerrado brasileiro. (SANTOS et al., 2010). Nessa época, inicia-se a implementação de projetos de irrigação na Região Nordeste do país, com o argumento de criar condições para diminuir as desigualdades sociais, reduzindo a pobreza e estimulando o desenvolvimento econômico. É nesse contexto que surge o Projeto de Irrigação em 1988.³

Desde a última década do século passado, o município vem experimentando um processo de “modernização capitalista” do campo (SILVA, 1999). Para isso foram destinadas áreas com extensão territorial significativa para a monocultura de exportação, com a utilização de inovações tecnológicas na produção agrícola, como máquinas modernas para bombeamento de água e pulverização de agrotóxicos nas lavouras.

Coelho Neto (2004) chama a atenção para alguns elementos que singularizam a política de irrigação na região. Segundo o autor, os investimentos de recursos públicos nesses projetos foram feitos sob o argumento de estimular o desenvolvimento da agricultura e diminuir a pobreza dessa região. No entanto, a forma de implantação e a seleção dos beneficiários mostram uma consonância maior com os interesses do capital. Dentre os elementos que singularizam esse modelo de irrigação citado, há dois aspectos que merecem ser ressaltados devido ao seu impacto na conformação de uma nova espacialidade: a forma de acesso a terra e os critérios de seleção dos irrigantes.

No tocante à obtenção de acesso as terras, a legislação brasileira estabelece a desapropriação por parte do Estado por interesse social. No entanto, no caso do modelo de irrigação implementado na região, esse critério tornou-se secundário, permitindo-se a negociação direta entre proprietários, pagando-os em espécie e afastando “a perspectiva de uma aproximação entre irrigação e reforma agrária e da possibilidade efetiva de reorganização da estrutura fundiária” (COELHO NETO, 2004, p. 89). Outro aspecto, segundo esse autor, é que diversas alterações legais e na configuração do Projeto abriram precedentes para que os critérios utilizados na seleção dos novos ocupantes reduzissem as possibilidades de acesso a terra pelos antigos moradores. Desta forma, priorizou-se um modelo de desenvolvimento que se distanciou dos objetivos iniciais de fortalecimento da agricultura familiar e redução da pobreza. (COELHO NETO, 2004; ESTRELA, 2009).

O Projeto compreendia uma área de aproximadamente 12 mil hectares com potencial irrigável, dos quais quase 62% foram priorizados para o setor empresarial da agricultura. (SANTOS, 2007). Na organização do Projeto conviviam duas situações em relação ao local de moradia das famílias, fruto de mudanças no seu processo de implantação. Em alguns casos os/as colonos/as residiam em vilas agrícolas, e em outros, no próprio lote onde eram proprietários/as.

O modelo de agricultura desenvolvido nos lotes do Projeto baseou-se no agronegócio, com a prática da monocultura de lavouras, com destaque para a banana, bem como a utilização de intensa mecanização, adubos químicos e agrotóxicos. No caso dos lotes empresariais, a tecnologia utilizada era mais moderna, sobretudo no que se refere ao modelo de irrigação. Isso porque, de acordo com o Projeto, os irrigantes empresariais poderiam escolher seu modelo e tecnologia de irrigação, enquanto aqueles que

³ Optou-se por não publicar o nome do local para preservar o anonimato dos/as participantes da pesquisa. No decorrer do artigo o contexto será denominado apenas de Projeto.

ocupavam os lotes familiares deveriam usar a estrutura tecnológica que o governo disponibilizasse. Conforme Coelho Neto (2004), tal estrutura é hoje uma tecnologia obsoleta, o que mais uma vez coloca os produtores familiares em desvantagem na produção em relação aos empresários.

O COLÉGIO

A escola localizava-se em uma área rural do Projeto de Irrigação. Tinha apenas três salas de aula, um copa, uma sala para os/as professores/as, banheiros, laboratório de informática com dez computadores com internet e um pequeno quintal. Apesar de simples, a escola era um ambiente aconchegante. No entanto, não contava com uma biblioteca ou outro espaço para leitura.

Ela tinha aproximadamente 217 estudantes de Ensino Médio nos turnos vespertino (100) e noturno (117). Tradicionalmente, jovens e adultos que desejassem cursar o Ensino Médio eram obrigados a migrar (ou se deslocar diariamente) para as cidades circunvizinhas, sendo, pois, forçados a disputar uma vaga nos poucos colégios existentes. Vale lembrar que, no Brasil, somente em 2009 tornou-se obrigatória a oferta pública do Ensino Médio.⁴ Observarmos um aumento na oferta de matrículas na última etapa da educação básica antes dessa legislação, mas essas vagas sempre estiveram majoritariamente concentradas no meio urbano. Apenas 10% das vagas eram em escolas localizadas no meio rural (INEP, 2017). A concentração das matrículas no ensino médio no meio urbano cresceu em 2021 para 94,6%. (INEP, 2021).

Apesar da nova legislação, na Bahia, a população do campo, que já sofria com a pouca oferta de vagas na primeira e última etapa da Educação Básica, também passou a enfrentar uma política de fechamento das poucas escolas existentes no meio rural. O Ensino Médio em sua organização tradicional foi extinto em muitas localidades. Em seu lugar, o Estado passou a oferecer a modalidade de Educação a Distância, chamada “Ensino Médio por Intermediação Tecnológica” (EMITec)⁵ desde 2011.

O EMITec foi criado com a justificativa de atender à demanda por oferta de vagas em nível de Ensino Médio em localidades de difícil acesso. No entanto, essa modalidade passou a ser implantada indiscriminadamente, desprezando-se a característica de “difícil acesso” e levando em consideração apenas a economia de recursos financeiros pelo Estado.

As escolas que ainda ofertavam Ensino Médio presencial no espaço rural viviam a constante ameaça de fechamento, sobretudo aquelas que funcionavam sem espaço próprio, à mercê de prédios cedidos ou alugados. Essa era a situação do colégio investigado, que desde o primeiro ano de funcionamento sofria as tensões decorrentes de não ter espaço próprio, dispondo apenas de um prédio alugado com condições pouco favoráveis para o seu pleno funcionamento.

É necessário evidenciar o esforço da equipe gestora para assegurar, dentro das possibilidades, as condições para que os/as estudantes se sentissem acolhidos/as no espaço do colégio. Foi possível

⁴ BRASIL. Brasília. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Emenda Constitucional N° 59 de 11 de novembro de 2009. Dá nova redação aos incisos I e VII do art. 208, de forma a prever a obrigatoriedade do ensino de quatro a dezessete anos e ampliar a abrangência dos programas suplementares para todas as etapas da educação básica, e dá nova redação ao § 4º do art. 211 e ao § 3º do art. 212 e ao caput do art. 214, com a inserção neste dispositivo de inciso VI.

⁵ Programa criado em 2011 pelo governo do Estado da Bahia, regulamentado pela portaria n° 424/2011 e publicada em D. O. de 21 de janeiro de 2011, com o objetivo de atender jovens e adultos que, prioritariamente, moram em localidades distantes (ou de difícil acesso) onde não há oferta do Ensino Médio e/ou estudantes de localidades com número insuficiente de profissionais com formação específica em determinadas áreas de ensino. Informação disponível em: <<http://escolas.educacao.ba.gov.br/emitec>. Acesso em: maio de 2019>

perceber tentativas de se criarem oportunidades para os estudantes refletirem sobre a condição de moradores do campo por meio de atividades como a gincana escolar e as comemorações juninas. No entanto, eram iniciativas ainda incipientes e pontuais, sem que se constituíssem uma orientação da organização escolar e das práticas pedagógicas que traduzissem um projeto educativo específico do campo.

Com relação aos/às docentes, as sete profissionais que atuavam na escola tinham concluído o curso em nível superior, mas apenas uma professora possuía licenciatura específica na área de atuação. Dos/as cinco professores/as que lecionavam na turma pesquisada, três eram efetivos/as e dois/duas atuavam por meio de contratação sob a condição de temporários/as.

No que se refere à residência dos/as docentes, apenas uma possuía domicílio na vila. Esses/as professores/as externos/as à comunidade vivenciavam os contratempos do deslocamento: cansaço, atraso no horário das aulas, faltas recorrentes, além de outras consequências com suas inevitáveis implicações pedagógicas. É necessário ressaltar, ainda, o fato de que esses/as docentes trabalhavam em outras escolas no município vizinho durante o turno matutino.

A CONDIÇÃO JUVENIL VISTA A PARTIR DA ESCOLARIZAÇÃO E DO TRABALHO

Os dados coletados por meio do questionário e das observações preliminares permitiram perceber a diversidade inerente àquele grupo de jovens. Tal diversidade se confrontava com um olhar comumente homogeneizante sobre os/as jovens camponeses/as. O aspecto mais visível era o grande número de atividades associadas à vida urbanas lá encontradas, o que contrastava com representações bucólicas do campo e das comunidades rurais que compõem nosso imaginário social. Isso aguçou ainda mais o interesse em compreender quem são esses jovens. O que fazem? De onde são? Reconhecem-se enquanto jovens camponeses? O que dizer sobre a experiência de viver essa fase da vida no campo?

Eles/as compartilhavam o fato de terem suas experiências relacionadas direta ou indiretamente à monocultura da banana e residirem com suas famílias em áreas do perímetro irrigado. Alguns/algumas viviam a condição de filhos/as de proprietários/as de lotes familiares que cultivavam banana e outros/as eram moradores/as das vilas e trabalhadores/as agrários/as em lotes da região.

A distribuição de acordo com o sexo era equilibrada, com 58 homens e 59 mulheres. Mas havia uma tendência de que o noturno fosse ocupado por uma maioria de homens (59%) em contraposição ao vespertino (42,4%). A hipótese para explicar essa concentração se relacionava com o trabalho, pois esse turno tende a concentrar um público de estudantes trabalhadores/as. Da mesma forma, aqueles/as jovens com idades mais avançadas fizeram a opção de estudar no turno noturno: dos/as 51 jovens que frequentavam a escola à noite, 42 (82%) tinham 17 anos ou mais.

Os dados revelam também a situação da distorção idade-série que afeta as escolas públicas, particularmente dos meios populares e no campo. Os dados sobre a idade dos jovens do colégio evidenciam que mais da metade deles/as (53%) estavam com idade acima daquela considerada ideal para a série que estavam cursando, o que era mais evidente na turma da noite. Considerando cada turno especificamente, entre os/as estudantes que frequentavam a escola à tarde, 22 (33%) estavam em situação de distorção idade-série, o que subia para 38 (74,5%) no noturno. Ainda com relação a esse fenômeno, do total de estudantes da escola, aproximadamente 48 (41%) estavam com dois anos ou mais de defasagem.

Ao olhar os dados sobre as trajetórias escolares dos/as jovens, ficava evidente o grande número de estudantes com experiências de reprovação e/ou abandono escolar. De acordo com os dados, 49 (42%) deles/as já haviam sido reprovados/as ao menos uma vez e 21 (18%) foram obrigados/as a interromper os estudos em algum momento. Ao explicar os motivos que os/as levavam a serem reprovados ou a abandonarem a escola, eles/as apresentaram diversos motivos, sendo mais frequentes as mudanças de locais de moradia e as dificuldades para conciliar o trabalho no campo e os estudos.

Esses relatos colocam em relevo, também, a realidade a que são submetidos/as esses/as jovens, que são forçados/as a conciliar trabalho e estudo, muitas vezes desde a infância. Ao mesmo tempo tal realidade denuncia as dívidas históricas que a sociedade tem com as populações do campo, especialmente pela ausência de políticas públicas no meio rural.

Isso faz com que algumas famílias tenham altas expectativas de que a escolarização dos/as filhos/as possa superar as faltas de oportunidades oferecidas pela sua condição social. Encontramos casos em que alguns/mas pais/mães decidiram obrigar os/as filhos/as a repetirem o ano escolar, considerando que eles/as não teriam alcançado o nível de aprendizagem esperado. Tendo uma trajetória escolar ainda menor que os/as filhos/as, eles/as tendem a reproduzir um ideal de escolarização ainda muito tradicional, o que talvez explique essa postura de alguns. Os pais e as mães dos meios populares, em geral tendem a se considerarem com poucas condições de questionar a escola e seus procedimentos, ainda que esse comportamento gere prejuízo para os/as filhos/as. Dessa forma, a retenção figura como uma estratégia para alguns pais.

Em outros casos a retenção estava associada à incapacidade da instituição em acompanhar os registros escolares e avaliar adequadamente o nível de ensino ao qual corresponderia seus conhecimentos. Alguns/algumas jovens vinham de famílias em que a circulação por diferentes locais de moradia e trabalho era comum. Assim, dependendo do grau de precariedade dessas condições de vida, os registros em relação ao histórico escolar se perdiam. Nesse caso, os/as estudantes foram matriculados/as de acordo com o que eles/as e sua família imaginavam ser o último ano cursado.

Outro elemento que compunha o perfil dos/as estudantes refere-se ao estado civil dos jovens. Ao analisar os dados, contrariando o senso comum que diz que “pessoas do campo se casam cedo”, entre eles/as apenas 11% (13) eram casados/as ou viviam em regime de união estável, a grande maioria mulheres (12). Essa condição de uma maior representatividade das mulheres entre os/as jovens casados/as parece ser comum para a juventude brasileira de uma maneira geral como revelou o Perfil da Juventude Brasileira já no início dos anos 2000. (ABRAMO e BRANCO, 2011). No entanto, esses índices estão muito acima das médias globais para estudantes do ensino médio. Conforme Stropasolas (2004: p. 253) observou há quase duas décadas, “diversos autores enfatizam o casamento como uma das categorias mais importantes para a análise do campesinato”. Além de um valor em si, ele também estava relacionado com a reprodução social, cultural e econômica do campo. Apesar disso, entre os/as jovens pesquisados/as havia uma tendência ao adiamento do casamento como forma de priorizar os estudos e a inserção profissional, especialmente entre as mulheres. Esse quadro estaria se modificando na experiência juvenil camponesa contemporânea?

Autores como Abramoway (1998), Monteiro e Mujica (2022) têm estudado a migração a partir do recorte de gênero, mostrando como esse movimento afeta mais os/as jovens, em particular as moças, com implicações no casamento, levando à masculinização do campo. Como tradicionalmente as jovens não herdavam ou têm dificuldade para herdar a propriedade da terra, elas se deslocam para a cidade

em busca de oportunidade de trabalho e estudo. Dificilmente retornam para o campo, pois, já com novos valores culturais, preferem casamentos com rapazes do meio urbano. Assim, há uma tendência à maior concentração de homens solteiros no campo. (STROPASOLAS, 2004).

No tocante à ocupação, uma grande quantidade dos/as estudantes disseram que não trabalhavam no momento da pesquisa, a maior parte mulheres matriculadas no turno vespertino da escola. Parece que esse dado estava relacionado ao fenômeno do trabalho oculto, uma vez que muitas que declararam não trabalhar realizavam diversas atividades no lote da família, trabalhos temporários na agricultura ou “bicos” em outras áreas. Quase todas declaravam ajudar nas tarefas domésticas e cuidar dos irmãos menores, o que não era reconhecido como uma ocupação.

Entre aqueles/as que disseram trabalhar, quando perguntados/as sobre o trabalho, os/as jovens tendiam a citar as atividades remuneradas e realizadas fora de casa. Tarefas como cuidar da casa, dos filhos, ajudar os pais na lavoura ou fazer pequenos “bicos” em geral eram desconsideradas. Reproduzia-se, dessa maneira, a invisibilidade do trabalho das mulheres camponesas (como também das crianças e adolescentes), permanecendo invisível um conjunto de atividades que são fundamentais para a dinâmica produtiva/reprodutiva no campo.

As maiores oportunidades de trabalho na região se concentravam na agricultura, que tendia a absorver mão de obra masculina, ao passo que as atividades consideradas “leves” ficavam para as mulheres, tais como trabalhar no setor de serviços e no comércio, entre outras. “Pesado” e “leve” são termos imprecisos referidos ao trabalho (PAULILO, 1987), pois são produções sociais assentadas em relações sociais de gênero, raça e classe. Eles carregam também a marca de processos históricos e culturais que fundamentam a divisão social e sexual do trabalho, diferenciando as ocupações reconhecidas e prestigiadas daquelas desvalorizadas. Os depoimentos colhidos entre os/as jovens tendiam a reproduzir tais representações sociais que, naturalizadas, não permitiam que ele/as as reconhecessem como trabalho e refletissem sobre as implicações delas para suas experiências como estudantes e jovens.

Em que pese a isso, os dados da pesquisa mostraram que, apesar de ter sido relativamente alto o número de jovens que declararam não trabalhar, a maioria afirmou realizar alguma atividade de trabalho. Dos 117 jovens, 76 (65%) declararam vínculos ocupacionais, dos quais somente quatro trabalhavam de carteira assinada nos lotes empresariais, outros/as 20 disseram trabalhar como diaristas nos lotes empresariais e 25 deles/as disseram que trabalhavam no lote da família. Apenas oito pessoas disseram trabalhar por conta própria em seu lote. Em geral, eram ocupações em condições precárias, em tempo parcial e sem vínculo formal de trabalho.

Embora observado em menor número, havia uma parte (19) que declarou exercer atividades não agrícolas, um fenômeno observado cada vez mais no campo de acordo com Carneiro (1998a e 2011) e Wanderley (2009). Essas autoras ressaltam, com relação às ocupações no campo, a presença cada vez maior de serviços não agrícolas.

De acordo com os dados de 2014 do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE, a ocupação no meio rural vem diminuindo. Esse fenômeno é considerado reflexo das transformações que o campo brasileiro vem sofrendo, como o aumento da concentração fundiária e a mecanização dos processos agrícolas, o que, conseqüentemente, reduz postos de trabalho. No período de 2004 a 2013, a população ocupada do campo brasileiro foi reduzida de 4,9 milhões para 4,0 milhões. Essa redução de pessoas com algum trabalho veio acompanhada da diminuição do número

de empregadores, consequência do aumento da concentração da propriedade de terra. No que se refere ao vínculo empregatício, prevalecem a informalidade e a ilegalidade. (DIEESE, 2014).

Essa realidade transparecia nos trajetos biográficos dos/as jovens estudantes. Como ressaltado, entre os/as 76 estudantes que declararam possuir alguma ocupação, apenas quatro estudantes disseram trabalhar com carteira assinada (5,2%). Embora considerassem o Perímetro de Irrigação como um local de maiores oportunidades de trabalho – foi esse o motivo de suas famílias terem migrado para aquela localidade –, a maioria das vagas disponíveis estava associada ao cultivo da banana ou ao trabalho doméstico, em geral realizados sem qualquer proteção social e com baixa remuneração.

ENTRE SER OU NÃO SER CAMPONÊS

Apesar dos limites dos seus contextos de vida, eles/as construía estratégias para contornar os desafios de viverem sua condição juvenil, como por exemplo o acesso às tecnologias digitais e às redes sociais. Mesmo que muitos residissem em áreas sem sinal para celular e acesso à internet, praticamente todos/as os/as jovens possuíam celular das mais variadas marcas e modelos. Como a escola disponibilizava o sinal de *wi-fi*, era raro que alguém não levasse o aparelho para acessar redes sociais, baixar vídeos ou realizar alguma pesquisa solicitada. Essa realidade tornava ainda mais desafiadora a realização das atividades de ensino com os jovens, já que o trabalho pedagógico inevitavelmente passava a competir e disputar espaço com o uso dos celulares.

Como afirmado anteriormente, a diversidade entre os/as jovens era evidente. Por exemplo, foi possível perceber uma diferença em relação aos estilos quando comparados os diferentes turnos. Diferentemente do diurnos, os/as estudantes do noturno preferiam roupas mais largas e acessórios. As meninas faziam opção por roupas mais curtas e apertadas, cabelos pintados com cores fortes e chamativas. Jovens de ambos os sexos preferiam músicas mais agitadas, como o *funk*. Muitos/as deles/as já tinham residido por algum tempo em outras cidades maiores, acompanhando familiares, ou mesmo sozinhos/as, o que talvez explique essa tendência.

Ao adentrar a escola no turno vespertino, o clima que ali pairava era bem diferente do noturno. Logo chamava a atenção o silêncio que tomava conta da escola, talvez em função de concentrarem alunos mais jovens, com menor autonomia. Eles/as faziam opção por um estilo mais discreto e tradicional. Somente uma estudante possuía uma pequena tatuagem e um aluno usava brinco, boné e roupas largas.

Com relação ao pertencimento, 50% deles declararam ser filhos de agricultores. Por meio de uma simples observação dos estilos, gostos musicais e comportamentos era impossível identificar quais deles vinham de famílias de agricultores ou desenvolviam atividades diretamente relacionadas à agricultura. Nesse sentido, é interessante observar que as transformações sociais, econômicas e culturais da sociedade contemporânea impactaram o território e o modo de vida de seus moradores. Sem desconsiderar a necessidade de refletir sobre as suas consequências, é importante compreender como tais mudanças têm afetado os/as jovens em suas identidades e modos de ser.

De acordo com Wanderley (2001) é tênue a linha que separa as categorias “urbano” e “rural”, embora os elementos que as diferenciem estejam bem especificados teoricamente. Desse modo, torna-se cada vez mais complexo classificar alguns espaços, especialmente aqueles localizados em cidades de pequeno porte e distritos onde esses elementos se cruzam. Isso traz dificuldades para que alguns indivíduos e grupos sociais se identifiquem com determinado território. Os/a participantes da pesquisa

se dividiam entre os/as que se consideravam camponeses/as se aqueles/as que não se identificavam dessa forma. O hibridismo cultural e a presença cada vez maior de serviços e bens de consumo considerados exclusivos do espaço urbano, traziam implicações diretas na construção da identidade dos jovens e no modo como eles se percebiam como camponeses ou não.

Dayrell (1999) nos lembra que a identidade juvenil é uma construção, sendo um processo que tem sua origem em uma demarcação etário-biológica, mas que implica também em uma forte relação com dimensões socioculturais. A constituição da identidade depende da identificação dos outros a respeito de si. Conforme ele afirma, há um elemento central na construção da identidade que é a relação entre o indivíduo consigo mesmo e com o outro, incluído aí o ambiente, a partir do qual as pessoas se formam e se transformam.

Assim, as diferentes reações dos/as participantes da pesquisa para a questão do pertencimento camponês podem ser compreendidas a partir dessa dimensão relacional dos processos de construção das identidades individuais ressaltadas por esse autor. As respostas dadas traduziam a complexidade das experiências sociais dos/as jovens contemporâneos no campo, que implicam numa maior circulação por espaços sociais e uma ampliação do acesso a informações pelas novas gerações, muitas vezes mediadas pelo uso de tecnologias da informação e comunicação.

A partir dos traços elencados por Veiga (2004), é possível afirmar que eles/as residiam em área rural, mesmo aqueles/as que moravam nas vilas. No entanto, nem todos/as se reconheciam como camponeses, embora seja maioria os/as que se autodenominaram como camponeses/as e reconheciam o espaço onde viviam como “área rural”. Alguns/algumas estudantes, mesmo morando em lotes de banana, não se consideravam camponeses/as. Outros/as pareciam se aproximarem do que Carneiro (1998b) classificou como “rurbano”, ou seja, uma mescla local entre traços urbanos e elementos da vida rural. Esses/as últimos, diziam serem ao mesmo tempo “da cidade” e “um pouco camponeses” ou “da roça”.

A forma como os/as jovens se percebiam em relação ao pertencimento territorial não se constituía em algo fixo e definitivo, o que exige considerar os diversos elementos que envolviam esses processos de construção das suas identidades. Os depoimentos ressaltavam três elementos que parecem implicar na construção, afirmação ou negação da identidade camponesa dos/as jovens.

Um desses elementos é o trabalho. As falas dos/as estudantes referiam-se à centralidade do trabalho na agricultura como agência socializadora, sobretudo junto com as famílias. Ao mesmo tempo, ao se referirem ao trabalho, os termos “pesado”, “difícil” e “que recebe muito pouco” eram as referências mais utilizadas para qualificá-lo. Isso fazia com que projetassem como ideal para o futuro a inserção em atividades fora do campo.

Em seguida temos a escola. Havia uma distância grande entre as experiências e os modos de vida no campo e a instituição escolar – sua forma de organização, tempos, espaços, currículos e práticas pedagógicas. Desconsiderando a discussão sobre a Educação do Campo como uma proposta educativa, a escola pouco dialogava com o contexto dos/as jovens e suas características socioculturais, dificultando a construção de sentidos e significados para as atividades escolares que não fossem a certificação e o credenciamento para a continuidade dos estudos. Assim, os vínculos com a escola e as motivações para estudar eram quase sempre frágeis e extrínsecos.

Embora os/as profissionais da escola não desconhecêssem os referenciais da Educação do Campo, seu contato com eles era superficial. A temática da vida no campo era tratada ainda como algo

folclórico em formato de temas de eventos, especialmente nas ocasiões festivas e períodos das gincanas escolares. A análise do Projeto Político Pedagógico da instituição também confirmou essa ausência de uma articulação das experiências de viver no campo como eixo articulador dos seus processos educativos e princípio orientador da organização escolar e das suas práticas pedagógicas. As referências a essa questão no documento se restringiam à legislação vigente, ao que tudo indica cumprindo apenas uma formalidade para fundamentar a proposta.

Os relatos dos/as estudantes expressavam essa desarticulação, especialmente em relação ao trabalho na agricultura. Eles/as não indicavam aspectos que se aproximassem mais dos fundamentos próprios da Educação do Campo e suas demandas eram mais pragmáticas, como, por exemplo, a reivindicação para que no currículo da escola houvesse disciplinas que formassem para a realização de atividades agrícolas. Mesmo que de maneira pontual, isso expressa o desejo de um diálogo maior da escola com suas experiências naquele território.

Por fim, um terceiro elemento refere-se à experiência vivida em grandes cidades. Esse foi o caso de dois jovens entrevistados que não se reconheciam como camponeses, mesmo vivendo no campo e trabalhando na lavoura. Entre os estudantes entrevistados, eles tinham sido os únicos jovens com experiências de vida em grandes cidades e construíram uma imagem negativa do meio rural e do trabalho na lavoura. Em suas falas emergia a imagem idealizada da vida nas cidades como “promessa de felicidade”. Ambos gostavam de músicas do gênero *funk* e planejavam ir morar na cidade. Já aqueles/as que experimentaram morar em cidades menores, tendiam a se identificarem mais com o campo. Por sua vez, como vimos, outros/as jovens se viam em uma situação de pertencimento híbrido, ou seja, em alguns aspectos se sentiam urbanos e em outros do campo. Seus depoimentos nos levam a uma imagem de campo como “espaço de fronteira” (BHABHA, 1998), no sentido do urbano cruzando com o meio rural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ressalta-se a grande diversidade de trajetórias e projetos de vida entre os/as estudantes participantes da pesquisa. Dependendo da origem social, das trajetórias individuais e familiares, do pertencimento racial e de gênero, as representações sobre as experiências de ser jovem camponês/a variavam, bem como a identificação com o território e o seu lugar nos seus projetos de futuro.

Ao mesmo tempo que os dados revelam as condições sociais em que os/as estudantes do colégio viviam suas juventudes, também denunciam a carência de políticas públicas voltadas para assegurar os seus direitos. Enquanto o Estado não proporcionar ações efetivas que constituam suportes para esses/as jovens, eles/as e suas famílias irão atrair exclusivamente para si a responsabilidade pelas suas trajetórias, sendo obrigados a se fazerem fortes e “espertos/as” para aproveitarem as poucas oportunidades que surgem.

Uma questão central que emergiu especialmente dos relatos dos/as participantes refere-se ao modo como se viam e representavam a vida no campo, suas aspirações em relação a continuar nesse território ou migrar. Como vimos, as identidades juvenis se constituem a partir de relações sociais e estruturais, mas também intersubjetivas e subjetivas. Ao manifestarem sua (não)identificação com a vida no campo, esses/as jovens expressavam os desafios de constituírem seus projetos de vida a partir da escolarização e das experiências de trabalho que lhes eram oferecidos naquele contexto. Afirmavam, não uma negação categórica da identidade camponesa, mas um desejo de conciliar em suas escolhas futuras a vida no campo com melhores condições de trabalho e escolarização.

Essas são questões fundamentais e desafios para uma perspectiva educativa sintonizada com a vida da juventude camponesa. Especialmente para uma perspectiva da educação como direito e uma prática pedagógica emancipatória, torna-se fundamental perguntar qual lugar a escola ocupará na tarefa de abrir possibilidades para as novas gerações que vivem no/do campo.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena W.; BRANCO, Pedro P.M. (Orgs.). *Retratos da Juventude Brasileira. Análise de uma pesquisa nacional*. 2ª Reimpressão. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.

ABRAMOWAY, Ricardo; SILVESTRO, Milton; CORTINA, Nelson; BALDISSERA, Ivan T.; FERRARI, Dilvan; TESTA, Vilson M. *Juventude e Agricultura Familiar: desafios dos novos padrões sucessórios*. Brasília: Edições UNESCO, 1998.

ALVES-MAZZOTTI, Alda J.; GEWANDSZNAJDER, Fernando. *O método nas ciências sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa*. 2ª ed. São Paulo: Thompson, 2002.

ANDRADE, Manuel C. *A Pecúária no Agreste Pernambucano*. Tese apresentada para provimento da Cátedra de Geografia Econômica, Recife, Universidade do Recife, 1961.

ARAÚJO, K.; MARTUCCELLI, D. As individualidades populares: análise de setores urbanos no Chile. *Revista de Ciências Sociais - Política & Trabalho*, [S. l.], v. 1, n. 50, p. 289–310, 2019. <<https://doi.org/10.22478/ufpb.1517-5901.2019v1n50.43756>>

BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo. Tradução de Luís Antero Reta e Augusto Pinheiro*. 70ª Impressão. Lisboa, Portugal: Edições 70, Ltda., 1977.

BOURDIEU, Pierre. A “juventude” é apenas uma palavra. Entrevista com Pierre Bourdieu. In: BOURDIEU, Pierre. 1983. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero. p. 112 – 121.

CARNEIRO, Maria José. Juventude Rural: Projetos e Valores. In: ABRAMO, Helena W.; BRANCO, Pedro P. M. (Orgs.). *Retratos da Juventude Brasileira: Análises de uma pesquisa nacional*. 2ª Reimpressão. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011. p. 243 – 262.

CARNEIRO, Maria José. O ideal rurbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: SILVA, Francisco C. T.; SANTOS, Raimundo; COSTA, Luís F. C. (Org.). *Mundo rural e política: ensaios interdisciplinares*. Rio de Janeiro: Campus, 1998a. p. 35 – 63.

CARNEIRO, Maria José. Ruralidade: novas identidades em construção. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 11, 1998b, p. 53-75. Disponível em: <<https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/135/131>> Acesso em: 28/04/2023.

CASSAB, Clarice. Condição juvenil em tempo de incerteza: experiência em grande empreendimento habitacional. *Revista GeoTexto*, vol. 14, n. 2, dezembro 2018. <<https://doi.org/10.9771/geo.v14i2.27687>>

CASTRO, Elisa G. Juventude Rural no Brasil. XXIX Encontro Anual de ANPOCS Processos de Exclusão e a Construção de um Ator Político. *Revista Latino-Americana de Ciências Sociais, Niñez y Juventude*, v. 07(1), 2009. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1692-715X2009000100008> Acesso em: 28/04/2023.

CASTRO, Elisa G. *Entre Ficar e Sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2013.

CASTRO, Elisa G. Juventude Rural, do campo, das águas e das florestas: a primeira geração jovem dos movimentos sociais no Brasil e sua incidência nas políticas públicas de juventude. *Revista de Ciências Sociais – Política & Trabalho*, v. 45, p. 193-212, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/article/view/30734>>. Acesso em: 28/04/2023.

CASTRO, Elisa G. PNRA e Juventude Rural: 30 Anos Depois. Balanços e Apontamentos em um Contexto de Ruptura Institucional. *Retratos de Assentamentos*. v.19 (2), p. 98 – 124, 2016. Disponível em: <<https://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/240>> Acesso em: 28/04/2023.

CHIZZOTTI, Antônio. *Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais*. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 1998.

COELHO-NETO, Agripino S. *As repercussões espaciais das políticas de irrigação no Vale do São Francisco: uma análise do Projeto de Irrigação Formoso no Município de Bom Jesus da Lapa-BA*. 2004.. Dissertação (Mestrado em Geografia). Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2004.

DAYRELL, Juarez T. A Escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. *Educ. Soc.*, v. 28(100), p. 1105-1128, 2007. < <https://doi.org/10.1590/S0101-73302007000300022>>

DAYRELL, Juarez T. Juventude, grupos de estilo e identidade. *Educação em Revista*, nº 30, p. 25-38, 1999. Disponível em: < <http://educa.fcc.org.br/pdf/edur/n30/n30a04.pdf>>. Acesso em: 28/04/2023.

DIEESE. Estudos e Pesquisas: *O mercado de trabalho assalariado rural brasileiro*. São Paulo, nº 74, outubro de 2014. Disponível em: <[www.dieese.org.br/estudos e pesquisas/2014](http://www.dieese.org.br/estudos_e_pesquisas/2014)> Acesso em: 28/04/2023.

ESTEBAN, Maria Paz S. *Pesquisa qualitativa em educação: fundamentos e tradições*. Porto Alegre: AMGH, 2010.

ESTRELA, Ely S. Expropriação do Campesinato e Resistência no Médio São Francisco Baiano (1970-2000). ANPUH. *XXV Simpósio Nacional de História*. Fortaleza, 2009. Disponível em: <https://anpuh.org.br/uploads/anais-simpósios/pdf/2019-01/1548772004_0489631e61f09e61a5c508667e1e14da.pdf> Acesso em: 28/04/2023.

FLICK, Uwe. *Introdução à pesquisa qualitativa*. 3ª ed. Trad. Joice Elias Costa. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FRANCO, Maria Laura P. B. *Análise de Conteúdo*. 3ª edição. Brasília: Liber Livro Editora, 2008.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. *Censo Escolar 2016: Notas Estatísticas*. Brasília-DF: MEC/INEP, fev. de 2017. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/fevereiro-2017>> Acesso em: 28/04/2023.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Resumo Técnico: Censo Escolar da Educação Básica 2021. Brasília, DF: Inep, 2021. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2021.pdf> Acesso em 28/04/2023.

MARTUCCELLI, Danilo. Sociologia. Singularização e individualismo latino americano. (Entrevista realizada por Leandro Pinheiro). In: PINHEIRO, Leandro. *Itinerário Versados: questões, sintonias e narrativas*

do cotidiano. Jundiaí: Paco Editorial, 2016. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/enunciarcotidianos/wp-content/uploads/2017/12/Itiner%C3%A1rios-versados.pdf>> Acesso em 28/04/2023.

MINAYO, Maria Cecília S. Ética das pesquisas qualitativas segundo suas características. *Revista Pesquisa Qualitativa*, v. 9, p. 521-539, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.33361/RPQ.2021.v.9.n.22.506>> Acesso em: 28/04/2023.

MONTEIRO, Rodrigo; MUJICA, Franklin Peña. A identidade sociocultural do jovem agricultor na vitivinicultura familiar e sua relação com a sucessão rural. *Revista de Economia e Sociologia Rural 60(spe)*: 2022. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/geotextos/index>> Acesso em 28/04/2023.

PAULILO, Maria Ignez S. *O Peso do Trabalho Leve*. Revista Ciência Hoje, nº 28. Santa Catarina, 1987. Disponível em: <http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/1416/opesodotrabalholeve.pdf> Acesso em 28/04/2023.

SAMPAIO, Rafael C. S.; LYCARIÃO, Diógenes. *Análise de conteúdo categorial: manual de aplicação*. Brasília: Enap, 2021. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/6542/1/Analise_de_conteudo_categorial_final.pdf> Acesso em: 28/04/2023,

SANTOS, Clóvis C. M. *Oeste da Bahia: Modernização com (Des)Articulação Econômica e Social de uma Região*. 2007se (Doutorado em Ciências Sociais). Salvador: UFBA, 2007. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=98307> Acesso em: 28/04/2023.

SANTOS, Mauro; BARBIERI, Alisson; CARVALHO, José; MACHADO, Carla. *O cerrado brasileiro: notas para estudo*. Belo Horizonte: UFMG/ Cedeplar, 2010. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/237137912_O_cerrado_brasileiro_notas_para_estudo> Acesso em: 28/04/2023.

SILVA, José Graziano. *O Novo Rural Brasileiro*. Campinas: Unicamp, 1999.

SPOSITO, Marília P. (Coord.) *Estado da Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: educação, ciências sociais e serviço social (1999-2006)*, volume 2. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2009.

SPOSITO, Marília P.; TARÁBOLA, Felipe S. *Entre luzes e sombras: o passado imediato e o futuro possível da pesquisa em juventude no Brasil*. Revista Brasileira de Educação, v. 22, p. 1-25, 2017. <<https://doi.org/10.1590/S1413-24782017227146>>

STROPASOLAS, Valmir L. O valor (do) casamento na agricultura familiar. *Estudos Feministas*, v.12(1), p. 253-267, 2004. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ref/a/CsLPVp8QgSntXCXjZMsCmBz/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em: 28/04/2023.

VEIGA, José Eli. Nem Tudo é Urbano. *Cienc. Cult.*, v. 56(2), São Paulo, 2004. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252004000200016> Acesso em: 28/04/2023.

WANDERLEY, Maria de Nazareth B. *O Mundo rural brasileiros: acesso a bens e serviços e integração campo-cidade*. Estudo, Sociedade e Agricultura, v. 17(1), 2009. Disponível em: <<https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/308/304>> Acesso em: 28/04/2023,

WANDERLEY, Maria de Nazareth B. *Urbanização e ruralidade: relações entre a 200 pequena cidade e o mundo rural; estudo preliminar sobre os pequenos municípios em Pernambuco*. Recife: UFPE, 2001.

WEISHEIMER, Nilson. *Juventude e agricultura familiar no Recôncavo da Bahia*. Cruz das Almas/BA: UFRB, 2019.

CONTRIBUIÇÃO DOS AUTORES:

Edna Moreira – Elaboração e desenvolvimento do projeto, coleta de dados, análise dos dados, escrita do texto e revisão da versão final do artigo.

Geraldo Leão – Orientação da pesquisa, participação ativa na elaboração dos instrumentos da pesquisa e análise dos dados, escrita do texto e revisão da versão final do artigo.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE

Os autores declaram que não há conflito de interesse com o presente artigo.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.